

## Parte 1 - 500 anos de presença judaica no Brasil

### 1º capítulo - Resgate histórico da vivência judaica no Brasil

Em terras gaúchas: a história da imigração judaico-alemã

Gladis Wiener Blumenthal

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BLUMENTHAL, GW. Em terras gaúchas: a história da imigração judaico-alemã. In: LEWIN, H., coord. Agradecimento. In: *Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 97-111. ISBN: 978-85-7982-018-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## Em terras gaúchas: a história da imigração judaico-alemã

*Gladis Wiener Blumenthal*<sup>1</sup>

Eu não senti discriminação até o dia 1º de abril de 1933, que foi o dia oficial de boicote aos judeus. Poucos dias depois me proibiram de entrar no tribunal e dois meses depois, já emigrado para França, eu recebi a minha expulsão da Ordem dos Advogados. (...) estava completamente integrado à vida e à cultura germânica e foi Hitler quem me mostrou caminho de volta ao judaísmo, que não mais fazia parte de minha vida, nem como advogado e nem como cidadão.  
*Herbert Caro, tradutor, jornalista e crítico musical.*

### *Introdução*

**N**inguém emigra por acaso. A maioria dos emigrantes tem motivos que se relacionam com sua sobrevivência física, econômica ou religiosa. Poucos emigram por puro espírito aventureiro. O presente artigo evidencia alguns dos resultados obtidos com o projeto “A história e a contribuição da imigração judaico-alemã à cultura e ao desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul”, implementado, de 1998 até 2001 no âmbito da Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência (SIBRA), instituição criada em 1936 por esses imigrantes em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Além do resgate da história, o projeto objetivou organizar e analisar o acervo da instituição, levantar e catalogar documentos e objetos pessoais e familiares que os acompanharam na imigração, bem como divulgar os resultados obtidos, através de duas mostras e da edição de um livro, que servisse de fonte de pesquisas futuras, preenchendo a lacuna existente em termos bibliográficos. O depoimento de vinte e duas pessoas (SIBRA, 2001), protagonistas diretos na sua maioria, ou seus filhos, oportunizou a coleta de dados sobre sua vida na Europa, sua trajetória até a chegada no Rio Grande do Sul, suas experiências marcantes durante a adaptação à nova terra e nos anos subsequentes, e sobre o papel que a SIBRA, desempenhou nesse processo. Procurar-se-á evidenciar as

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

características dessa leva imigratória, sua adaptação à nova terra, a superação paulatina das dificuldades enfrentadas e o papel da SIBRA como “espaço de identidade” (Carneiro, M.L.T, 1996) e de ajuda mútua, os seus sérios conflitos de identidade aguçados pelas políticas do governo brasileiro (Blumenthal, G.,2001) e as contribuições dadas à cultura e ao desenvolvimento do Estado sulino do Brasil.

### ***A imigração judaico-alemã rio período colonial***

Os judeus estiveram presentes em toda a história do Brasil colonial, inclusive no Rio Grande do Sul.

No século XIX, se estabeleceram judeus alemães no Rio Grande do Sul. Pelos dados do Fundo Documental Imigração, Terras e Colonização do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, na pesquisa realizada por Leia Heineberg, historiógrafa do referido Arquivo, pode-se afirmar que judeus alemães aqui chegaram com as imigrações alemãs patrocinadas pelo governo brasileiro a partir do ano de 1824. Poucos se identificaram como judeus. Embora com nomes tipicamente judaicos, preenchiam os documentos oficiais geralmente como protestantes, evangélicos, católicos ou acatólicos. Muitos deles vieram jovens e solteiros, na aventura de encontrar um mundo melhor, com menos perseguições, fronteiras definidas e mais trabalho que em seu país de origem. O primeiro judeu alemão que não omitiu sua religião e do qual só se conhece o nome, Sigmund, saiu do porto de Hamburgo na Alemanha. Com 38 anos de idade, esse ourives chegou a São Leopoldo em 1824, portanto com a primeira leva oficial de imigrantes alemães vindos ao Rio Grande do Sul. Alguns municípios desse Estado que tiveram colonização alemã, como Taquara, Igrejinha e Nova Petrópolis, possuem ou tiveram ruas denominadas Judengasse, a ruela dos judeus, o que evidencia sua presença marcante nas mesmas.

No século XX, antes da década de 30, poucos judeus alemães aportaram no Rio Grande do Sul. Vieram, em geral, por motivos profissionais e aqui ficaram. É o caso de Kurt Weil, que chegou jovem e, mesmo não fazendo parte de nenhum movimento imigratório, foi de fundamental importância para os imigrantes fugidos do nazismo, que buscavam um novo começo de vida. Anita Brumer, no livro *Identidade em Mudança*, no qual relata os resultados da pesquisa sociológica sobre os judeus do Rio Grande do Sul realizada de 1991 a 1994, a ele se refere como

“um tipo de consulado judeu em Porto Alegre”. Seu trabalho, realizado às vezes nos bastidores, junto a amigos advogados e a outros profissionais, em muito auxiliou os judeus alemães a regularizar suas vidas no Brasil.

Com a oficialização do nazismo e a subida de Hitler ao poder na Alemanha, iniciou-se o que no presente estudo se denomina a imigração judaico-alemã no Brasil e, em particular, no Rio Grande do Sul, entendendo-se como tal a que abrangeu judeus de fala e cultura alemã, incluindo, portanto, os provenientes de países pertencentes ao antigo Império Austro-Húngaro, desde que tenham emigrado premidos pela ascensão do nazismo.

### ***Caracterização***

Ao contrário de outros agrupamentos e levadas imigratórias que vieram para o Rio Grande do Sul, a maioria dos judeus alemães que aqui chegaram não tinham tido sérios problemas até a ascensão de Hitler ao poder.

De um modo geral, pode-se dizer que os judeus que viviam na Alemanha, até a década de 30 do século XX, estavam profundamente integrados à vida e à cultura de seu país. Os do meio urbano, especialmente os das grandes cidades, tinham assimilado muito da cultura alemã, com a qual estavam profundamente identificados. Inseridos na sociedade alemã, dela participavam ativamente em todos seus aspectos: político, econômico, social e cultural. Possuídos de forte sentimento de pertencimento à Alemanha, consideravam-se cidadãos alemães antes de tudo. Diziam-se, numa tradução literal, cidadãos alemães de fé “mosaica” (e não judaica!). A religião judaica em geral desempenhava papel secundário em suas vidas, conforme se depreende da citação introdutória, extraída do contundente depoimento dado ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall por Herbert Caro, advogado e intelectual proveniente de Berlim, e que no Brasil se destacou como tradutor (de Thomas Mann, inclusive), como jornalista e crítico musical.

Já os do meio rural e os habitantes de pequenas cidades eram geralmente menos aculturados. Tinham, na sua maioria, menos anos de escolaridade, viviam mais fechados entre si embora não em guetos ou *steitl* e, comparados aos antes descritos, eram mais religiosos no sentido de que mantinham mais as tradições judaicas e praticavam os rituais litúrgicos no seu cotidiano.

Os primeiros judeus alemães fugidos do nazismo chegaram ao Rio Grande do Sul em 1934 e um número significativo aporta até 1937. No ano final da década e no início da seguinte continuam chegando, embora com menos intensidade. Poucos, durante e depois da guerra. Infelizmente, não há registro oficial de seu número. O levantamento da chegada progressiva dessas imigrantes permite afirmar que chegaram cerca de quatrocentas pessoas nas décadas de 30 e 40, dentre elas algumas provenientes do antigo Império Austro-Húngaro. Não se trata de uma imigração grupal, incentivada pelo governo brasileiro ou por alguma organização judaica. É uma imigração em que uma família incentiva e “chama” a outra(s), por laços de família e/ou de amizade. O idioma alemão e a sobrevivência à perseguição decorrente da ascensão do nazismo são seus elementos de agregação. Forçados a sair rapidamente, os imigrantes judeus alemães, provenientes das mais diferentes regiões da Alemanha, com hábitos de vida diferenciados, têm um elo em comum, a língua alemã, embora com distintos dialetos. O *íidiche* era falado apenas por alguns que viviam na fronteira com a Polônia.

A maioria se radicou em Porto Alegre, a capital do Estado, morando no centro da cidade ou em outros bairros afastados, como Caminho do Meio, especialmente na Rua Ramiro Barcelos e imediações e Rio Branco, na zona chamada Colônia Africana, cercanias da Rua Castro Alves. Alguns, no vizinho bairro do Bom Fim, “afastado do centro da cidade no início do século XX, (...) o bairro de baixa classe média” (Kliemann, 1992, in: Brumer, 1994), onde se concentrava grande parte dos imigrantes judeus recém-chegados e os já aqui residentes. Poucos se transferiram posteriormente para outras cidades. Trata-se, pois, de uma imigração eminentemente urbana, ao contrário da que chegou ao Rio Grande do Sul no início do século, proveniente da Europa Oriental.

Uns embarcavam na Alemanha, em geral via Hamburgo; outros viajavam à Itália ou à França e lá tomavam um navio, os “Generais” (Osório, San Martin e Artigas) e os “Mont” (Sarmiento, Pascoal, Rosa). Desembarcavam no porto do Rio de Janeiro, no de Santos e, grande parte deles, no da cidade de Rio Grande, o principal porto marítimo do Estado, onde era feita a alfândega por intermédio do serviço de um despachante. Vinham geralmente na segunda de três classes e a viagem levava em torno de três semanas. Os que ainda tinham possibilidade financeira melhor vinham com o Cap Arcona, mais luxuoso e mais rápido, duas semanas. Na

última viagem desse navio, em abril de 1939, veio Charlotte Laub com seus filhos Werner e Renate. Werner relata que naquela época o governo alemão não permitia mais a saída de bens materiais e pecuniários, a não ser utensílios domésticos de pequeno porte, inclusive objetos de prata e de cristal, além de 10 marcos em moeda corrente. A opção de viajar em cabinas de primeira classe era, portanto, um modo de empregar o dinheiro da família em benefício próprio em vez de perdê-lo. Em Rio Grande, eram recebidos por judeus que lá moravam ou por amigos e parentes, quando alguém desses já antes para cá emigrara. Algumas poucas famílias de judeus alemães, como os Wolff, os Scholem, os Strumpf, os Gomma, os Flesch, a Senhora Gans, os Michels, radicou-se na referida cidade. De Rio Grande a Porto Alegre, tomavam um navio menor, um “vapor” como se dizia na época: um Ira ou um da companhia marítima Lóide. Após uma viagem de um dia e uma noite, chegavam a seu destino. Pensões baratas, localizadas na zona portuária, foram o primeiro abrigo. A pensão “Moritz” situada à Rua Sete de Setembro, cercanias da João Manoel, é citada com carinho por muitos entrevistados, apesar das baratas, dos ratos e de outras experiências chocantes lá vivenciadas.

Um fato chama atenção de quem analisa a vinda desses imigrantes: o período no qual aqui aportaram. Nos primeiros anos parece ter havido certa predominância dos provenientes de pequenas aldeias rurais e de cidades menores, a sugerir como teriam sentido com mais intensidade, e talvez mais precocemente, os efeitos da política nazifascista. Assim, os que por último deixaram a Alemanha eram, em geral, os mais aculturados e atuantes na sociedade alemã.

Embora em seu país de origem fossem comerciantes de gado, atacadistas, lojistas, gerentes de banco, banqueiro, profissionais liberais, intelectuais, no Brasil as ocupações mais comuns foram as de representantes comerciais, comerciantes e prestadores de serviço. Poucos judeus alemães se tornaram mascates. Era alto o nível de profissionalização entre as mulheres, algo que no Brasil, na época, ainda não era tão usual. Isso talvez explique o fato de a maioria ter-se engajado rapidamente no mercado de trabalho, ainda que em ocupações diferentes das suas originais como, aliás, aconteceu com grande parte dos imigrantes.

Outro ponto a destacar refere-se ao nível educacional e cultural dos recém-chegados. Vários possuíam título universitário e, muitos, o curso

secundário completo. No Brasil, alguns médicos, como Alexander Preger, Hugo Rottmann, Otto Goldberg, Siegfried Kronfeld, Walter Bouscher e Walter Silber, dentre outros, revalidaram seus diplomas. Talvez pela peculiaridade de sua profissão, pode-se dizer que o mesmo não aconteceu com os poucos advogados que para cá se transferiram. Provenientes de ambientes em que a música, a literatura e outras expressões artísticas faziam parte do cotidiano, procuraram incentivar seus filhos ao estudo, ao amor pelas manifestações artísticas, à obtenção de títulos universitários e à inserção em atividades liberais, acadêmicas, comerciais e industriais. Alguns frequentaram escolas estaduais e o Colégio Israelita, na época denominado *Idishe Shule*, mas a maioria foi matriculada em escolas particulares da cidade, ainda que fossem escolas confessionais, de custo elevado, como o Colégio Bom Conselho, de freiras, o Americano, metodista e o Farroupilha, escola alemã de orientação luterana.

### ***As dificuldades de entrar no Brasil e o papel da SIBRA no processo de adaptação***

A história da imigração judaico-alemã pode ser caracterizada, para efeitos didáticos, por três momentos distintos diretamente ligados à política imigratória oficial do governo do então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, que permaneceu no poder durante todo o período em que ela ocorreu: o primeiro até 1936, o segundo de 1937 a 1941 e o terceiro, a partir daquele ano.

No primeiro período, que denominamos o da abertura, até 1936, eram relativamente fáceis a entrada, a permanência e o trabalho no país. No Rio Grande do Sul já viviam, além dos alemães acima mencionados, judeus oriundos da Europa Oriental (Polônia, Bessarábia e Romênia), cuja vinda, nas primeiras décadas do século XX, tinha sido patrocinada pela ICA (*gewish Colonization Association*). De origem polonesa ou russa, falavam o *ídiche*, que a maioria dos judeus alemães desconhecia. Para Porto Alegre vieram também judeus vindos do norte da África, da Turquia e da Grécia que falavam o ladino.

Pode-se dizer que a imigração judaico-alemã começa, propriamente, em 1934, com a chegada a Porto Alegre da família de Max Stobezki, que veio com sua esposa Paula e suas duas filhas, Berta Ruth e Betti Gerda. Vieram para esta cidade porque aqui já vivia desde a década de 20 uma

irmã de Max com sua família, emigrados da Polônia. Aqui instalados, os Stobezkis chamam a família Wirth, seus cunhados e sobrinho, e a família Warschawski, bons amigos da Alemanha. A essa, seguiram-se diversas outras, meses depois. Embora não todas, a maioria das famílias que iam chegando tinha algum grau de parentesco ou de amizade já na Alemanha. Esse pequeno grupo foi o núcleo que gerou a formação da comunidade judaico-alemã em Porto Alegre nos anos seguintes.

À medida que mais famílias fugidas da Alemanha nazista aqui aportavam, foi crescendo nelas a necessidade de conviver entre si. Esse sentimento fez com que, já nas primeiras Grandes Festas religiosas do ano de 1934, nos meses de setembro e outubro, elas se reunissem e as comemorassem na casa de Max Stobezki.

A necessidade de convívio social, de ter um lugar para rezar e para trocar experiências, levou essas famílias a reorganizar-se na nova terra. Nasce, assim, a SIBRA, Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência. As pessoas ouvidas no decorrer do projeto evidenciam que seus problemas de adaptação foram sensivelmente minimizados pela assistência que logo lhes prestava a SIBRA. Como entidade legalmente constituída, coube também a SIBRA representar e defender os interesses de seus associados perante o poder público, como na obtenção de vistos de entrada, de permanência e até de certidões de naturalização, uma vez que muitos requereram a cidadania brasileira. Além disso, a SIBRA dava seu aval em fianças.

Durante e após o processo de adaptação, a SIBRA funcionou para o imigrante como um “espaço de identidade” no sentido de um “espaço de pertencimento”, onde sua identidade judaica pôde ser (re)construída. Foi, também, um “espaço agregador”, de trocas afetivas, sociais e culturais. Foi um “espaço de e para ajuda mútua”. Para lá era encaminhado desde o momento de sua chegada no porto. Acolhido, tivesse ou não dinheiro tinha assegurado um prato de comida, uma fiança em casos de hospitalização ou na compra de remédios, uma ajuda na procura de familiares e de uma atividade “profissional”. Quem tinha pouco ajudava a quem não tinha nada. Além disso, foi um “espaço de reconstrução do self”, onde recebia uma palavra de conforto, um conselho oportuno, uma mão amiga que o auxiliava na reconquista de sua autoestima perdida.

Nos anos compreendidos entre 1937 e 1941, que denominamos segundo período, a simpatia política do governo getulista e de diversos

integrantes do alto escalão inclinava-se para as ditaduras nazifascistas. Isso se evidenciou através do estabelecimento de crescentes restrições e limitações impostas por dispositivos legais que, de modo explícito, dificultavam e até mesmo impediam a imigração judaica. Um deles, de 1937, estabelecia um novo sistema de cotas para a entrada de imigrantes no país, atingindo diretamente a imigração judaico-alemã, que se intensificava nessa época: apenas 20% do número de imigrantes de mesma origem que haviam ingressado no país entre 1844 e 1933 poderia vir a ingressar a partir da data de vigência desse dispositivo legal. Vistos de entrada brasileiros emitidos em países europeus foram dificultados. Scliar, em *Caminhos da Esperança*, à página 52, ressalta que “uma circular reservada foi mandada aos consulados brasileiros no exterior recomendando negar visto de entrada aos judeus”. Essa circular secreta, de número 1127, foi enviada pelo Ministério do Exterior com autorização de Getúlio Vargas. Instruía os consulados a não darem vistos de entrada a judeus e seus descendentes, a não ser em casos de serem os requerentes capitalistas, industriais ou intelectuais de especial interesse para o Brasil (Lesser, *apud* Wolf, 1999, p.26). No entanto, há relatos de imigrantes atestando que alguns diplomatas, por seu espírito humanitário e desobedecendo a ordens superiores, salvaram suas vidas.

Nessa época, o imigrante já radicado no país podia obter autorização do governo brasileiro para a entrada de filhos e de pais ainda residentes na Europa, e apenas deles, mediante a comprovação do parentesco e do pagamento da taxa correspondente a um despachante. O documento oficial que permitia a vinda desses familiares era denominado Carta de Chamada. Sua obtenção constituía um problema para os imigrantes. Além de cuidar da sua própria sobrevivência, tinham que economizar para poder pagar a Carta de Chamada. Era, entretanto, o único modo de tentar trazer cada um dos familiares que ainda restavam na Alemanha, salvando-lhes as vidas. Como em geral vinha, primeiramente, parte da família – por vezes os jovens solteiros ou recém-casados – ou, só o marido, os demais aguardavam e muitos jamais aqui aportaram. Como se pode perceber, essas Cartas de Chamada, já existentes desde o começo do processo imigratório judaico-alemão, tiveram sua abrangência reduzida e sua obtenção dificultada pela legislação vigente durante este, que denominamos segundo período. Pela circular 1.249 do referido Ministério, datada de 1938, eram permitidas “chamadas de parentes até o segundo grau a serem feitas por judeus que morassem legalmente em território brasileiro” (Lesser *apud* Wolff, 1999,

p.26), dentro de certo prazo. Frieda Wolff, em seu livro *Nossas três vidas e outras histórias*, relata experiências pessoais que teve nessa época. Entre elas, conta como a política antisemita do Itamaraty impediu a vinda e a salvação de milhares de pessoas.

A situação dos imigrantes no Brasil tornou-se ainda mais crítica com a promulgação da Constituição Brasileira de 1937. Depreciativamente alcunhada “polaca”, tinha o autoritarismo e o centralismo como características principais, inspirada que foi nas Cartas fascistas da Itália e da Polônia. O regime político daquela época, encabeçado por Getúlio Vargas, ficou conhecido na história como o “Estado Novo”. Corresponhia à tendência de boa parte das nações de desprezar os valores liberal-democráticos por considerá-los incapazes de promover o bem-estar coletivo. Seu objetivo declarado, o de restaurar a autoridade nacional e de garantir o poder do Estado contra a ação desagregadora do privatismo e do regionalismo, exacerbou o nacionalismo.

Nesse segundo período, se fortalece a chamada Ação Integralista Brasileira, entidade política que pretendia a implantação de um sistema de governo de cunho antidemocrático. Seus membros usavam uniformes verdes, promoviam desfiles e saudavam a moda romana, como os nazistas e fascistas o faziam. Eram bem organizados e atuantes. A propósito, Grete Bejzman conta como seu pai Max Blumenthal, ao assistir a um desfile de integralistas em Porto Alegre, em plena Avenida Osvaldo Aranha, uma das mais movimentadas da cidade e a principal do Bairro Bom Fim, onde se concentrava a comunidade judaica, ficara chocado e aterrorizado. A semelhança entre os desfiles dos integralistas com os espetáculos nazistas era evidente, o que levou Max a exclamar, textualmente: O que eu vim fazer aqui?

Getúlio Vargas procurou manter o Brasil em posição de neutralidade na II Guerra Mundial, iniciada em 1939, e com isso obter vantagens econômicas para o país. Para comprovar sua isenção, seu ministério era composto tanto por simpatizantes do Eixo como por defensores dos Aliados.

Em 1941, o Brasil, por pressões econômicas passa a integrar o bloco dos Aliados. A borracha brasileira e a base aeronaval no litoral do Rio Grande do Norte foram, entre outras, as portas de entrada do capital financeiro americano necessário à construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, a primeira do Brasil. Em represália, os submarinos alemães afundaram vários navios brasileiros, causando mais de 600 mortes. Em

1942, ocorreram manifestações populares em todas as grandes cidades brasileiras pedindo vingança, o que levou o governo brasileiro a declarar guerra aos alemães e seus aliados. Inicia-se, assim, o terceiro período, que, além de se caracterizar por importantes restrições impostas aos imigrantes judeus alemães, traz à tona o dilema do que denomino como a "pseudodupla identidade" ou a "não identidade".

A SIBRA, nesta ocasião também se manifesta. Em 12.12.1940, o governo federal editou um decreto que exigia que dois terços dos diretores de instituições devessem ser brasileiros. Por força dessa disposição legal, foi mudada a composição da direção da SIBRA ainda que com certa dificuldade, já que eram poucos os judeus alemães que à época eram naturalizados. Em ofício de 24 de agosto de 1942, endereçado ao General Valentim Benício da Silva, então comandante da 3ª Região Militar, a diretoria se solidariza com a posição do governo, manifesta seu propósito de "... contribuir com todas as suas forças para o mais completo êxito da Nação e das armas brasileiras" e oferece "os serviços de todos os seus sócios ainda fisicamente aptos para a defesa do Brasil, colocando-os à disposição do exército brasileiro", além de enumerar algumas de suas profissões. Desnecessário dizer que o governo não os aceitou.

### ***Identidade judaica: preservação ou ruptura?***

Entre as medidas restritivas impostas no Brasil aos súditos do Eixo, os imigrantes provenientes da Alemanha, Itália e Japão, havia limitação ao direito de ir e vir dentro do país sem uma licença especial e a proibição de usar, em lugares públicos, sua língua materna. Por isso, para a população enfurecida, falar uma dessas línguas já era suficiente para ser considerado inimigo do Brasil. Durante algumas manifestações em Porto Alegre houve, inclusive, quebra de lojas e locais cujos proprietários eram de origem alemã, italiana ou japonesa.

Nessa época, os imigrantes judeus alemães, que já tinham chegado a um bom convívio com a sociedade local, passaram outra vez por humilhações e constrangimentos. Por um lado, não tinham mais a cidadania alemã cassada por Hitler; por outro, ainda não tinham conseguido a nacionalidade brasileira. E muitos deles, especialmente os mais idosos, continuavam a falar alemão. Essa situação levou-os a sentirem-se de novo cerceados. Um fato, relatado por diferentes entrevistados, ficou marcante na

vida da comunidade. Certa noite meia dúzia de sócios, na sua maioria idosos, jogavam o *Skat*, tradicional jogo de cartas trazido da Alemanha e falavam alemão durante a fase do "leilão" do jogo, na sede da SIBRA. Devido à denúncia anônima feita por um vizinho, a polícia, que exercia o controle com extremado rigor, invadiu a sede. Entendendo que a vinda da polícia era por causa do uso do alemão, passaram rapidamente a traduzir todas as palavras do leilão do jogo para o português. Não obstante, a polícia prendeu os participantes como se fossem criminosos de alta periculosidade. Era véspera de *Iom Kipur*, o Dia do Perdão, o feriado religioso mais importante do calendário judaico. Entre os presos estava Max Blumenthal, o *Chazan* (cantor sacro) da comunidade e que no dia seguinte deveria conduzir as rezas durante o serviço religioso, o que provocou uma comoção em todos. Convalescente de prolongada doença, o tifo, e por morar com sua família no mesmo endereço, obteve uma cela "especial", a dos presos comuns. Tremendamente humilhado, chegou em casa apenas algumas horas antes do início do *Iom Kipur* e chorou como uma criança, segundo o depoimento sua filha, que conclui: "Aquela deve ter sido a reza de *Kol Nidre*<sup>2</sup> mais emocionada de sua vida."

A limitação do direito de ir e vir era um problema para os judeus alemães, vistos como "súditos do Eixo". Para se deslocar de uma cidade a outra tinham necessidade de obter uma permissão, o chamado Salvo-Conduto Especial para estrangeiros, documento expedido pela Delegacia de Ordem Política e Social da Repartição Central de Polícia. Essa exigência tolhia o trabalho de muitos judeus alemães que, em sua maioria, provia o sustento da família. Era intransferível por conter a foto de seu portador e a permissão especial para viajar especificava o ponto de origem e o de chegada. A cada outro destino, novo salvo-conduto precisava ser emitido. Sua apresentação podia ser exigida a qualquer momento. Geralmente ocorria quando os imigrantes, com sua maleta de trabalho, se deslocavam usando ônibus de linha regular, mesmo que o destino fosse cidade próxima a Porto Alegre. Em destaque, com letras maiúsculas, como a indicar um certo temor das autoridades com entradas e saídas ilegais do país, lê-se no documento o seguinte, respeitando na transcrição a grafia original: "O presente salvo-conduto não pode ser visado ou revalidado para as

<sup>2</sup> Reza que inicia o serviço religioso no anoitecer da véspera de *Iom Kipur*. Repetida três vezes em volume cada vez mais forte, costuma comover as pessoas pelo chamamento que faz ao necessário arrependimento dos maus atos praticados durante o ano findo.

localidades da fronteira ou litoral”, para inibir a entrada ilegal de imigrantes no país. Essa exigência tolhia o trabalho de muitos judeus alemães que, em sua maioria, provia o sustento da família.

As palavras de Herbert Caro, em seu discurso de agradecimento na Câmara de Vereadores pela outorga do título de Cidadão Emérito de Porto Alegre, evidenciam claramente o sentimento decorrente desta “pseudodupla identidade”:

Minha situação era semelhante à dos metecos da Grécia antiga, que eram tolerados, podiam negociar em Atenas ou Corinto, mas não tinham direitos de cidadania e corriam o risco de serem expulsos a qualquer instante. Essa minha situação tornou-se-me dolorosamente clara, quando o Brasil entrou na II Guerra Mundial. Foi a única vez que ele me magoou. Pois, apesar de minha própria guerra conta Hitler ter começado muito antes de 1942, o Governo brasileiro equiparou-me aos nazistas, porque entrei no país com um passaporte alemão. Ao mexer em documentos amarelados pelo tempo, encontrei há pouco numa e na mesma pasta dois, um tanto contraditórios: num deles, o Secretário de Justiça da Prússia comunicava-me em abril de 1933, a proibição de continuar advogando, com as lacônicas palavras que traduzo textualmente: “porquanto é de origem não ariana”! E no outro, provido de minha fotografia e assinatura, a Polícia desta Capital dava-me a “permissão especial” de afastar-me por um dia de janeiro de 1945 do Município de Porto Alegre, afim de participar de um churrasco em Guaíba, e me fazia essa concessão complacente, apesar de eu ser um “súdito do Eixo Berlim-Roma-Tóquio”! Estigmatizado, perseguido, enxotado pelo país que me dera refúgio – assim passei vários anos, sempre temendo que confiscassem minha biblioteca ou até me trancafiassem sob algum pretexto. Há algumas semanas, ouvi neste recinto como um ilustre vereador proclamava o axioma: “Todos os homens têm direito a uma nacionalidade.” Ora, eu não tinha nenhuma!”

Evidenciam-se várias contradições no comportamento do imigrante judeu alemão, quanto a sua identidade judaica. Há por um lado, um movimento de reaproximação ao judaísmo. Práticas e ritos religiosos não realizados na Alemanha passam a ser valorizados, ainda que realizados através de inúmeros conflitos internos entre os sócios da SIBRA. Verifica-se um envolvimento efetivo com a comunidade judaica da cidade e, em especial, com a da SIBRA. Vários se tornam ativistas nas organizações sionistas; são

fundadores da primeira loja da B’nei Brith e na SIBRA nasce a ideia e dela saem os fundadores do Lar dos Velhos judaico, denominado Dr. Maurício Seligman. É a SIBRA que lhes fornece o que nos primeiros tempos é seu único documento de identidade: uma carteirinha de sócio. Sua importância é incomensurável, pois além de apresentar os dados pessoais, atesta que o portador é sócio de uma instituição israelita e, portanto, não se trata de um nazista, embora o forte sotaque alemão. Por outro lado, preserva o uso do idioma alemão em seus lares, obrigando a nova geração a aprendê-lo. Os filhos são colocados, preferencialmente, na escola alemã da cidade, ainda que isto signifique um alto gasto financeiro. No seu cotidiano mantém hábitos e costumes trazidos da velha pátria. As atas da diretoria, bem como as circulares de publicação interna são escritas em alemão até a década de 60. Nos serviços religiosos usa livros sacros escritos em hebraico, traduzidos para aquele idioma, entoa melodias compostas por Levandowsky e nas rezas a pronúncia hebraica é mantida conforme feita na Alemanha. Se, por um lado, há um movimento forte na direção da integração à sociedade brasileira (aulas de português são ministradas aos sócios da SIBRA desde o início de sua fundação, biblioteca é ativada), por outro lado percebe-se forte ligação com tudo que tenha a ver com a vida levada no país de origem. Se, por um lado há um movimento no sentido de resgatar e preservar a identidade judaica, existe, paralelamente, uma dificuldade de romper com os valores da cultura alemã. A questão que se coloca é: Imigração ou exílio? O sentimento de ruptura, talvez, leve algumas gerações para ser elaborado.

### *Outras dificuldades na adaptação*

Além das dificuldades impostas pelo governo, os judeus alemães tiveram que enfrentar outros problemas. Logo nos primeiros anos, muitos contraíram doenças graves. O tifo foi a pior delas. Alguns óbitos foram registrados e famílias inteiras foram contaminadas. Organismos desacostumados com o novo meio ambiente passaram por um longo período de adaptação. Tudo era novo e constituía um desafio: o clima; o vestuário inadequado; os alimentos, muitos deles desconhecidos; a composição química da água diferente; os hábitos higiênicos, só para citar alguns.

O convívio com os judeus de outras procedências que já aqui estavam radicados nem sempre foi muito fácil. Preconceitos originados na Europa; culturas, idiomas, ritos e costumes religiosos diferentes foram



alguns dos obstáculos a serem vencidos. Porém, o auxílio que aqueles prestaram, geralmente por iniciativa individual, certamente contribuiu para uma melhor adaptação dos judeus alemães à nova terra.

Toda leva imigratória, durante seu processo de adaptação enfrenta problemas mais ou menos comuns. Dificuldades, umas menores, outras maiores, precisam ser superadas. Assim aconteceu com os judeus alemães. Como se viu até agora, a peculiaridade dessa imigração foi o motivo que a ocasionou e a premente necessidade que tiveram seus integrantes de, a par de tratar da sua própria sobrevivência, auxiliar seus familiares a sair da Alemanha para escapar da morte. Forjou-se, entre eles, um elo muito forte, talvez único: solidários, conseguiram vencer as barreiras.

No final da década de 30 e no início da de 40 ocorre o nascimento da primeira geração de judeus alemães gaúchos. Estes, assim como seus pais e avós, com o passar dos anos, integram-se paulatinamente à sociedade gaúcha e brasileira. Frequentam escolas e universidades, assumem atividades profissionais nas mais diferentes áreas, destacando-se no cenário estadual e nacional.

#### **Referência Bibliográfica:**

- BECKER, Klaus. *Os judeus alemães no tempo do Império. In: / Simpósio do Sesquicentário da Imigração Alemã*. São Leopoldo, 1975.
- BLUMENTHAL, G.W (org.). *Em terras gaúchas: a história da imigração judaico-alemã*. Porto Alegre: SIBRA, 2001.
- BRUMER, A. *Identidade em mudança: pesquisa sociológica sobre os judeus do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 1994.
- CARNEIRO, M.L.T. *Brasil, um Refúgio nos Trópicos*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CARO, Herbert et al. *SIBRA – Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência. Brochura comemorativa ao 500º aniversário da SIBRA*. Porto Alegre: Ética, 1986.
- COTRIM, Gilberto. *História e Consciência do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1996..

\_\_\_\_\_. *História Global*. Brasil e Geral. São Paulo: Saraiva, 1999.

*DEPOIMENTOS ORAIS espontâneos de imigrantes e de seus descendentes*.

INSTITUTO CULTURAL JUDAICO MARC CHAGALL. *Entrevistas do acervo*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

PHILIPPI, Bruno. *Denkschrift zur Erinnerung an die Grundung bis zum 25 jdhrigen Jubileum*. Publicação de circulação interna. Porto Alegre: 1961 [datil.]

SANTOS, Ana M., NEVES, Guilherme P. et al. *História do Brasil*. São Paulo: Enciclopédia Interativa CD-ROM ATR, 1998.

SCLIAR, M. *Caminhos da Esperança: a presença judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pallotti, 1990.

SIBRA – SOCIEDADE ISRAELITA BRASILEIRA DE CULTURA E BENEFICÊNCIA. *Entrevistas do Acervo. Projeto: A História e a Contribuição da Imigração Judaico-Alemã à Cultura e ao Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1998 a 2001. SIBRA-BRASIL/MC/SAC/PRONAC.

WOLFF, Frieda e WOLFF, Egon. *Nossas três vidas e outras histórias*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1999.